



TERMO DE CONTRATO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO – CAU/MT, E DO OUTRO LADO, A EMPRESA ÁGUA MINERAL BRUNADO MINERAÇÃO LTDA, PARA FORNCEIMENTO DE ÁGUA MINERAL, NATURAL, POTÁVEL, SEM GÁS EM GARRAFÃO DE 20 LITROS PARA BEBEDOURO AO CAU/MT.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO – CAU/MT, Autarquia Federal de fiscalização profissional criado pela lei 12.378/10, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2.368, sala 103, ed. Top Tower, 1º andar, bairro Bosque da Saúde, CEP 78.050-000, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob nº 14.820.959/0001-88, representado neste ato pelo seu Presidente, representado neste ato pelo Presidente, **WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE**, brasileiro, arquiteto e urbanista, portador da Carteira de Identidade nº 240498 – SSP/MT, e do CPF nº 236.658.901-87, residente e domiciliado em Várzea Grande, Mato Grosso, doravante designado **CONTRATANTE** ou **CAU/MT**; e a Empresa

ÁGUA MINERAL BRUNADO MINERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o Nº 86.895.505/0001-87, com sede na Fazenda São Pedro, km 306, BR 364 – Bairro Celma – Jaciara/MT, telefone **(65) 3688-0533**, representada neste ato pelo Sr. **EDSON EUGENIO BRUEHMUELLER**, brasileiro, casado, administrador não sócio qualificado da referida empresa, portador da carteira de identidade nº 449.452, CPF nº 456.721.641-53, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por ato constitutivo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si, justo e avençado, o presente contrato, instruído no processo nº 458517/2016-ADM, mediante as seguintes cláusulas:

As **CONTRATANTES** têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo nº 458517/2016-ADM do CAU/MT (Dispensa de Licitação nº 05/2017), mediante as cláusulas e condições que se seguem:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto o fornecimento de água mineral, natural, potável, sem gás para bebedouro, conforme especificações do Projeto Básico – Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS DE REGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente CONTRATO rege-se pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme afirma o art. 54º, caput da mesma Lei, bem como pelas demais disposições legais reguladoras de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação é efetuada em conformidade com o resultado da Dispensa de Licitação nº02/2017, nos termos do Processo nº 458517/2016–ADM, do qual o presente CONTRATO faz parte, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta Orçamentária, 6.2.2.1.1.01.02.01.004 – Gêneros Alimentação – conforme Nota de Empenho n.º 10/2017, de 20/02/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS

4.1. Os serviços deverão ser iniciados a partir da assinatura do contrato e do pagamento que a CONTRATANTE efetuará, no valor total do contrato, à CONTRATADA.

4.2. Ao enviar a nota fiscal para pagamento, a CONTRATADA deverá fornecer ao CAU/MT, os 200 tickets referentes à quantidade de garrações de água que serão entregues durante os 12 (doze) meses de vigência do contrato.

4.3. Sempre que necessário, A CONTRATANTE enviará solicitação de entrega de garrações de água, via correio eletrônico (e-mail).

4.3. A CONTRATADA efetuará a entrega de garrações de 20 litros, contendo água mineral, natural, potável, sem gás, própria para consumo de empregados, conselheiros e profissionais na sede do CAU/MT.

4.4. A CONTRATADA deverá atender aos pedidos de fornecimento efetuados pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da respectiva solicitação de fornecimento, enviado via correio eletrônico (e-mail).

4.5. A CONTRATADA, além de fornecer água mineral de qualidade deverá entregar garrações em

Handwritten signature and initials in blue ink.



9.2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

9.2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

9.2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.2.4. responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.2.5. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do CONTRATANTE;

9.2.6. arcar com os custos relativos aos exames laboratoriais a serem realizados em amostras separadas pelo CAU/MT em caso de necessidade de análise da água, conforme segue abaixo:

9.2.6.1. O prazo de entrega dos laudos dos exames laboratoriais realizados é de até 15 (quinze) dias corridos.

9.2.6.4. A análise de água dos garrafões será feita, a expensas da CONTRATADA, apenas em casos de alterações de cor, odor e/ou sabor percebidas pelos consumidores, ou pela presença de corpo estranho e/ou objeto suspenso, desde que feitas em exemplares lacrados e do mesmo lote de fornecimento do produto que apresentou alterações.

9.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

9.3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

9.3.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

9.3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

9.4. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a Contratada deverá entregar ao Fiscal do Contrato, acompanhando a nota fiscal, a documentação a seguir relacionada:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;



Contratante promover acréscimos ou supressões no objeto contratado nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1 O presente instrumento que obriga as partes por si e seus sucessores não poderá ser objeto de cessão ou transferência a terceiros, sob pena de caracterizar justa causa para rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93

13.2. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS, FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

14.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

14.2 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo Contratante segundo as disposições contidas no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Instruções Normativas pertinentes e demais regulamentos e normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A rescisão deste contrato pode ser:

15.2.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei mencionada, e assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;

15.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação,



desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

15.2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

15.3. O descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte da CONTRATADA implica rescisão contratual, sem prejuízo das sanções de multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade;

15.3.1. O procedimento será sumário, facultada a defesa prévia da CONTRATADA;

15.3.1.1. no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando a rescisão envolver aplicação das sanções de multa e suspensão temporária, conforme §2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

15.3.1.1. no prazo de 10 (dez) dias úteis, quando a rescisão envolver declaração de inidoneidade, conforme §2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

15.4.1. Os casos re rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

16.1. Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

16.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, assim como as hipóteses de rescisão na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

17.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 em caso de inexecução total ou parcial deste Contrato:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa de 1 % (um por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da entrega do objeto contratado;



- 17.2.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da entrega ou da execução dos serviços de manutenção;
- 17.2.4. Será considerado como desistência contratual o atraso injustificado superior a 10 (dez) dias do término do prazo de entrega do objeto contratado, assim como a suspensão dos serviços de manutenção por igual período.
- 17.2.5. Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita ainda às seguintes penalidades:
- 17.2.5.1. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado pela alocação de materiais e serviços em desconformidade com o especificado;
17. 2.5.2. 1 % (um por cento) ao dia do valor do Contrato atualizado pela não substituição do objeto recusado pela CONTRATANTE, no prazo estipulado até o limite de 10% (dez por cento);
- 17.2.5.3. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Contrato, exceto os casos mencionados nos itens 9.3.2 e 9.5.2;
- 17.2.6. Sem prejuízo das sanções dispostas nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela CONTRATANTE em a CONTRATADA retirar a Ordem de Serviço, será interpretada como ruptura de Contrato e sujeitará a mesma ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
- 17.2.7. Reconhecida força maior ou comprovado impedimento poderá deixar de ser aplicada a respectiva multa, conforme justificativa que poderá ou não ser aceita pela Administração da CONTRATANTE.
- 17.2.8. A(s) multa(s) poderá(ao) ser aplicada(s) cumulativamente com as demais sanções, não terá(ao) caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenização eventuais perdas e danos.
- 17.2.9. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento da nota fiscal/fatura respectiva ou cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;



17.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa;

17.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XI e XVII, da Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Na hipótese de qualquer uma das disposições deste CONTRATO vir a ser considerada contrária à lei brasileira, por qualquer autoridade governamental ou decisão judicial, as demais disposições não afetadas continuarão em vigor e as Partes deverão alterar este instrumento de forma a adequá-lo à lei ou à decisão judicial;

18.3. Caso sejam criadas ou extintas disposições legais que alterem o fornecimento do objeto deste contrato, elas serão integradas automaticamente a este CONTRATO.

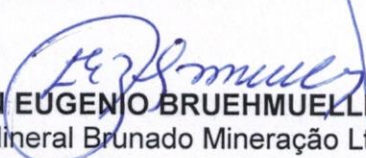
CLÁUSULA NONA – DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Cuiabá/MT, Seção Judiciária de Mato Grosso.

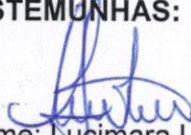
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

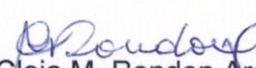
Cuiabá, 21 de fevereiro de 2017.

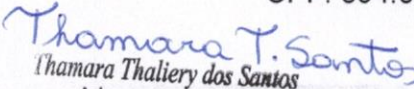
WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE
Presidente do CAU/MT


EDSON EUGENIO BRUEHMUELLER
Água Mineral Brunado Mineração Ltda

TESTEMUNHAS:


Nome: Lucimara L. Floriano da Fonseca
CPF: 695.192.421-24


Nome: Cleia M. Rondon Araújo
CPF: 594.064.881-91


Thamara Thaliery dos Santos
Advogada CAU/MT
OAB/MT 18.360



Anexo I

PROJETO BÁSICO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 05/2017

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral, natural, potável, sem gás para bebedouro.

2. META FÍSICA

Aquisição de água mineral, natural, potável, em garrafão de 20L, para bebedouro sem gás, para uso na sede do CAU/MT.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor estimado	
				Unit. (R\$)	Total por item (R\$)
01	Água mineral, natural, potável, para bebedouro, embalada em garrafões retornáveis de 20L, sem o fornecimento dos garrafões – apenas o líquido, com entrega feita por conta da empresa fornecedora de até 3(três) vezes por mês	Unidade	200	7,00	7,00
Total estimado da despesa (R\$)					1.400,000

4. LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO

- a) Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 2.368, Bairro Bosque da Saúde, Salas 101, 102 e 103 1º Andar Edif. Top Tower Cep: 78050-000 Cuiabá-MT.
- b) **Horário: das 13 às 17h**

5. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJTO BÁSICO

Gerência Geral do CAU/MT.



6. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição do produto destina-se atender as necessidades fisiológicas de empregados, conselheiros e profissionais que freqüentam a sede do Conselho.

O fornecimento de água mineral ora solicitado tem como característica a continuidade de que trata a Instrução Normativa nº 18 do MARE, de 22/12/1997, cuja interrupção comprometeria o andamento de atividades do CAU/MT;

Outrossim, a abertura de um procedimento de Dispensa de Licitação se faz necessária em face do término da vigência do contrato com fornecedor atual.

Justificadamente, opta-se pela realização de contratação por Dispensa de Licitação, com possibilidade de prorrogação para o referido fornecimento, haja vista que para 60 (sessenta) meses de contrato, o valor global fica compreendido naquele previsto no item II do Art. 24 da Lei 8.666/93.

7. DO MODO DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser iniciados a partir da assinatura do contrato e do pagamento que a CONTRATANTE efetuará, no valor total do contrato, à CONTRATADA.

Ao enviar a nota fiscal para pagamento, a CONTRATADA deverá fornecer ao CAU/MT, os 200 tickets referentes à quantidade de garrações de água que serão entregues durante os 12 (doze) meses de vigência do contrato.

Sempre que necessário, A CONTRATANTE enviará solicitação de entrega de garrações de água, via correio eletrônico (e-mail).

A CONTRATADA efetuará a entrega de garrações de 20 litros, contendo água mineral, natural, potável, sem gás, própria para consumo de empregados, conselheiros e profissionais na sede do CAU/MT.

A CONTRATADA deverá atender aos pedidos de fornecimento efetuados pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da respectiva solicitação de fornecimento, enviado via correio eletrônico (e-mail).

A CONTRATADA, além de fornecer água mineral de qualidade deverá entregar garrações em bom estado de higienização.

Os garrações vazios serão disponibilizados pelo CONTRATANTE, devendo ser recolhidos de acordo com as entregas efetuadas.

Ao efetuar a entrega dos garrações de água, a CONTRATADA receberá do CAU/MT os tickets em quantidades referentes a cada fornecimento.

8. DA VISTORIA

A empresa contratada poderá, opcionalmente, vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, ocasião em que poderão ser sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer tipo de cobrança posterior por desconhecimento das condições previstas neste Projeto Básico e seus Anexos.

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e interesse do CAU/MT.

10. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A empresa contratada vencedora obriga-se a iniciar o fornecimento do produto, objeto do contrato a ser firmado, a partir da data da sua assinatura.



É de responsabilidade da empresa a ser contratada: manter arquivo permanentemente disponível com toda documentação relativa à execução do contrato a ser firmado.

As comunicações entre as partes deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito através de correio eletrônico.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do produto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666.

12. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS

A empresa contratada se sujeitará, sem quaisquer restrições, aos cronogramas e prazos de atendimento que venham a ser estabelecidos pelo CAU/MT nas "Solicitações de Entrega".

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

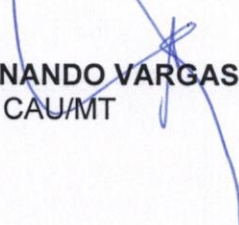
O CAU/MT poderá, opcionalmente, vistoriar os locais onde serão armazenados os materiais objetos deste contrato, ocasião em que poderão ser sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer tipo de cobrança posterior por desconhecimento das condições previstas neste Projeto Básico.

É vedada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto desta contratação.

Os empregados da empresa contratada não terão nenhum vínculo empregatício com o CAU/MT.

Cuiabá, 15 de janeiro de 2017.


LUCIMARA L. FLORIANO DA FONSECA
Gerente Geral do CAU/MT


WISLON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE
Presidente do CAU/MT

